

O passado (ultra)passado: formas de gerenciamento estético da alteridade portuguesa na construção historiográfica da “nação” brasileira.

Marçal de Menezes Paredes*

Resumo: À construção da identidade nacional brasileira impôs-se um “balanço” histórico do lastro social e estético lusitano. Pode-se dizer que nossa “nacionalidade” nasceu deste ato de demarcação memorial que, erigido no decurso do século XIX até as primeiras décadas do século XX, operou um gradativo afastamento simbólico e intelectual de Portugal. Neste processo, a História teve papel central. Sua narrativa, prenhe de opções teóricas geradoras de evidências factuais, busca consolidar determinado sentimento de pertencimento social, acabando também por fomentar um “horizonte de expectativa” onde o nosso passado colonial devia ser ultrapassado. Disto distingue-se o “brasileiro” do “português”. O presente trabalho estuda como foi gerenciado o relacionamento luso-brasileiro entre a Geração de 1870 e o Modernismo brasileiro.

Palavras-chave: identidade nacional; escrita da história; relações luso-brasileiras.

The Overtaken past: ways of aesthetic management of the Portuguese alterity on the historiographic building of the Brazilian “nation”.

Abstract: A historical balance of the social and aesthetic Lusitanian ballast was imposed to the construction of the Brazilian national identity. One may say that our "nationality" was born from this act of memorial demarcation that, erected during the nineteenth century until the first decades of the twentieth century, operated a gradual symbolic and intellectual digression from Portugal. In the process, history was the central role. Its narrative, pregnant with theoretical options of factual evidence, intends to consolidate a sense of social belonging, as well as eventually promoting a "horizon of expectation" in which our colonial past should be overcome. From that, the "Brazilian" are distinguished from the "Portuguese". The present work studies the management of the Luso-Brazilian relationship between the Generation of 1870 and the Brazilian Modernism.

Key-words: national identity; writing history; Luso-Brazilian relationships.

I – Os “nós” do tempo *

De que maneiras são forjadas as identidades nacionais? As culturas nacionais nascem ou são paridas? Não há uma resposta única a estas questões. Certo é, porém, que o sentimento de agregação coletiva passa necessariamente pela forma como são lidos e

* Doutor em História pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS; Pesquisador-Visitante do Núcleo de Pesquisa em História (NPH/IFCH/UFRGS). Bolsista PRODOC/CAPES.

* * Este texto é parte de uma pesquisa em andamento intitulada “Demarcações da História e Estéticas Identitárias no Modernismo Luso-Brasileiro”, com financiamento da CAPES. Nela articulo a problemática já trabalhada em minha Tese de Doutorado em História – “Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: Demarcações da História e Estéticas Identitárias (1870-1910)” –, defendida em 2007, ao caso do relacionamento cultural luso-brasileiro no período modernista.

ritualizados seus vínculos com um passado tomado por comum. A este respeito, uma questão merece maior atenção: a da escrita da história e sua construção em escala nacional.

O tema da escrita da história assume características peculiares quando articulado à escala nacional. Mobilizada na qualidade de subsídio científico-factual e funcionando também como elo cívico-memorial, a historiografia assume papel preponderante no processo de construção das identidades nacionais. Sabe-se, contudo, que a “recordação é um ato de alteridade” (RICOEUR, 1997) como também se admite a existência de diferentes “regimes de historicidade” (HARTOG, 2003) que podem ser mobilizado neste processo de “fabricação identitária”. Esta reflexão nos conduz para a existência de diferentes maneiras de “construção” histórica da alteridade a ser contrastada pela definição do “eu nacional”. Donde se chega à conclusão de que há também mais de uma “relação de alteridade” possível neste intrincado processo.

Bem vistas as coisas, atentaremos que a relação de alteridade que consubstancia, por contraste, a demarcação das identidades, não pode ser tratada tão-só *in abstracto* se submetida ao estudo de casos concretos de dialogia cultural. Tendo presente que toda demarcação, por definição, “fixa domínios diferenciados do conhecimento” (GIL, 1998: 397), lógica será a constatação de que a cada maneira de mobilizar a história, corresponderá uma forma de demarcação identitária, bem como esta implicará a eleição de um padrão de relacionamento cultural projetado. E será a combinação deste *puzzle* memorial, político e identitário a responsável pela abertura de algumas “portas” de relacionamento cultural (e pelo fechamento de outras), pela “lembrança” de alguns fatos (e pelo esquecimento de outros). Em todos os casos, a leitura e a mobilização da história funcionam como elemento central de fundamentação identitária. São o veículo mnemônico que enseja o nascimento das “evidências” – os fatos históricos – sob as quais será projetado o futuro nacional (e sua realização identitária, portanto).

II – Refundar a Nação

Feitas estas considerações, cabem algumas questões: e o caso brasileiro? Qual é nossa alteridade referencial e de que maneira foi construída historicamente? Como se mobilizou a história nesse processo estético, político e memorial?

Não parece haver uma referência única. Ao tomarmos em conta, por exemplo, o período subsequente à Independência nacional, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1938, ou lembrarmos da obra de Francisco Adolpho de Varnhagen,

perceberemos que a *alteridade* em questão não apontava para a ex-Metrópole, como seria suposto. Marcava nossa diferença em relação aos demais países latino-americanos, ex-colônias da Espanha. Entende-se. O fundamental naquela ocasião era solidificar o contrato social da Monarquia. Era necessário justificar as diferenças entre a opção nacional e a das Repúblicas vizinhas. A leitura da história pátria era mobilizada de maneira derivada de Portugal, tendo como sentido primeiro fomentar o patriotismo em torno da dinastia dos Bragança, em sua versão tropical (GUIMARÃES, 1988:7).

Esta situação começa a ser alterada com os movimentos contestatórios da segunda metade do século XX, que iriam resultar na Proclamação da República anos depois. O caráter cultural demarcatório com sentido de *refundar* a nação, característica marcante deste período, fica explícito já em algumas linhas do Manifesto Republicano de 1870. Logo nas suas formulações iniciais, sustenta que “é legítima a aspiração que hoje se manifesta para *buscar em melhor origem o fundamento* dos inauferíveis direitos da Nação”. Ora, merece ser salientado o desígnio de “buscar melhor origem o fundamento” da nação. Seu conteúdo é manifestamente refundacional, e por que não dizer, voltado para uma releitura da história nacional e sobretudo do seu futuro (projetado). É neste sentido que a “origem histórica da fundação do Império” brasileiro é esgrimida enquanto fonte de resistências várias que, procurando “disfarçar a forma, mantendo a realidade do sistema que se procurava abolir” (MENEZES, 1957:498-501), evocava afinal a “persistência do despotismo colonial”. Claro está que era essa *origem* que urgia ultrapassar. Postas as coisas nestes termos, a propaganda para a proclamação da República tomava, também por esta via, as cores de uma campanha pela verdadeira Independência do Brasil (BELLO, 1940:5). Neste processo de *repensar* o passado e os vínculos nacionais, ecoam aquilo que ficou conhecido com o *Bando de Idéias Novas*, para usar a expressão de um dos seus mais ardorosos protagonistas, Sílvio Romero. Municados por novos instrumentos de análise – “Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, *folk-lore*, novos processos de crítica e de história literária” (ROMERO, 1902: 360) – a famosa geração de 1870 vai operar um definitivo golpe *contra* o passado colonial. Deste processo nasce outro entendimento sobre a cultura brasileira.

A partir deste momento, à construção da identidade nacional brasileira impôs-se um “balanço” histórico do lastro social e estético lusitano. Pode-se dizer que nossa “nacionalidade” nasceu deste ato de demarcação memorial que, erigido no decurso do século XIX até as primeiras décadas do século XX, operou um gradativo afastamento simbólico e intelectual de Portugal. Cabe, nesse sentido, perscrutar as formas pelas quais foi operado este

“gerenciamento” do que nos ligava (ou afastava) social, estética e historicamente dos portugueses.

III – Ultrapassar o Passado

Em um dos seus primeiros trabalhos, um Sílvio Romero recém chegado ao Rio de Janeiro, publica um interessante opúsculo na *revista Brasileira*, em 1879. Em “A Literatura Brasileira; suas relações com a portuguesa; o Realismo”, o ainda jovem Romero manifesta intenções nitidamente demarcatórias, ao afirmar que “O Brasil, depois de quatro séculos de contacto com a civilização moderna, parece ter chegado ao momento de olhar para trás a ver o que tem produzido de mais ou menos apreciável no terreno das idéias” (ROMERO, 1879:273).

Sílvio Romero preocupava-se amiúde com o processo de “diferenciação nacional”, projeto intelectual que ele encetou já nos anos de estudo na Escola do Recife. Com auxílio de Tobias Barreto, teve papel de divulgador do pensamento filosófico alemão e pode-se dizer que foi desta fonte que lhe advieram os primeiros lampejos acerca das idiossincrasias nacionais, bem como a importância dos critérios naturais, geográfico e raciais, para a crítica literária. Vale ressaltar que, já nas primeiras linhas escritas neste opúsculo de 1879, anteveem-se algumas ideias que iriam dar o tom da sua principal obra, publicada nove anos depois, *A História da Literatura Brasileira*. Um bom exemplo do que estamos dizendo pode ser visto na sua consideração de que “a nação brasileira, se tem um papel histórico a representar, só o poderá fazer quanto mais separar-se do *negro africano*, do *selvagem tupi* e do *aventureiro português*” (ROMERO, 1879:274).

Embora o ensaio de 1879 mencione as três matrizes étnicas da formação brasileira, será especificamente *em relação ao português* que Sílvio Romero fará sua leitura da história da cultura brasileira, chamando atenção para os exemplos de sua superioridade mestiça em relação aos representantes do “velho reino” (ROMERO, 1879:280):

No século XIX nós precedemos os portugueses na vida revolucionária e constitucional. Antes de seu insignificante movimento de 1820, nós havíamos tido os sucessos de 1817; antes de terem eles uma constituição, mais ou menos liberal, nós a tínhamos; antes de se verem livres de D. Miguel, tivemos a abdicação de D. Pedro. Em uma palavra, eles nada possuem que se possa equiparar aos nossos ímpetos revolucionários deste século.

Como se vê, o processo de afastamento simbólico de Portugal é claro. Romero mobiliza a cronologia dos “sucessos de 1817, 24, 31, 35, 42, 48”, exemplos sintomáticos da superioridade da história brasileira do século dezenove. Suas lentes enaltecem as antecipações

históricas brasileiras frente à ex-Metrópole. De certa forma, seu argumento monta um pêndulo progresso/decadência que pendia positivamente para Brasil e negativamente para Portugal, tal qual, no domínio da biologia, a vida sucede à morte. A metáfora naturalista estava, aliás, bem ao gosto das apetências intelectuais do crítico sergipano. Para ele, desde a Independência, “nossos moços” começaram a ler escritores “franceses e ingleses de preferência aos livros de Portugal”. Doravante o velho reino “perdeu definitivamente o encanto a nossos olhos” (idem, *ibidem*: 280-281).

Embora Sílvio Romero tenha dito que “os tempos passados são como mortos” deve-se prestar atenção no seguinte: será *sobre o passado colonial e em relação à portugalidade* que ele irá fundamentar o processo de diferenciação da identidade nacional brasileira. O texto romeriano é, quase todo, feito de comparações, como nas seguintes frases: “nas artes, com a pintura e a musica, neste século, levamos incontestavelmente vantagem aos portugueses” ou “eles não tem nem um Carlos Gomes, nem um Pedro Américo ou Victor Meireles” e ainda “antes deles, nossa geração actual começou a estudar e a seguir as ideias de Comte e Darwin” (idem, *ibidem*, 282-283).

As oposições não cessam nestes termos, estendem-se à listagem do mérito intelectual dos representantes dos dois países. É bem verdade que o autor reconhece que “Tanto o Brasil como Portugal fazem mesquinha figura no quadro das nações cultas” e que entre o que “é medíocre e quase nulo é óbvio que se não deve muito distinguir.” (p.284). Isso, porém, não o impede de seguir na liça, ao contrário, é o motivo justo da contenda simbólica de Romero no sentido de realizar o descolamento e a diminuição da importância lusitana na construção da brasilidade. E se Portugal tem Herculano, Garrett, Castilho, Mendes Leal, Rebelo da Silva e Castelo Branco, nós temos os nossos: “Magalhães, Gonçalves Dias, Azevedo, Alencar, Macedo e Varnhagen, que bem se podem por em paralelo, com os portugueses citados. Não mui grandes, como são, poucos tem a invejar aos seus rivais lusos, se é que lhes devem invejar cousa alguma” (idem, *ibidem*: 284-285).

Noutro texto, publicado em 1880, Romero volta à carga. Em *A Literatura Brasileira e a crítica moderna: ensaio de generalização* o autor dirá que a nacionalidade da poesia brasileira, “com tanta azáfama procurada aqui e com tanta cólera negada em Portugal, só pode ter uma solução: acostar-se ao gênio, ao espírito popular nas suas eminências”. O estudo da *cultura popular* subsidiará, “com todo rigor da expressão” o entendimento da “raça propriamente brasileira – o mestiço” (ROMERO, 1880: 47-51). Sabe-se que na sua obra magna estas ideias ganharão maturidade e solidez formal, sobretudo nas páginas onde dirá que a “história do Brasil” é representada pelo processo de “formação de um tipo novo pela

ação de cinco fatores, *formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias.* Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira” (ROMERO, 1888:55-56). Seu critério da originalidade e da diferenciação nacional é a constante analítica de sua genealogia mestiça. Combinando certo anseio romântico, pela preocupação com a idiosincrasia nacional, cola-se, porém, à batuta empiricista do positivismo heterodoxo. Herbert Spencer lhe dará o norte evolutivo, chave-mestra da diferenciação brasileira face ao passado português, germe da *originalidade mestiça*. O autor apontava para o trabalho futuro da história como o responsável pela constituição via mestiçagem racial e, portanto, pela demarcação do brasileiro frente ao português. O brasileiro será tudo aquilo se afastar do português e tudo o que for alheio a isto terá um papel *negativo*.

IV – “A transformação permanente do Tabu em totem”

Por mais estranho que possa parecer, estratégia semelhante de demarcação intelectual, estética e política pode ser observada entre o modernismo brasileiro e a geração de 1870. Abstraindo as interpretações feitas pelos modernistas sobre si próprios – distanciando-se do século XIX, como é o caso, por exemplo, da conferência de Graça Aranha na abertura da Semana – algumas questões ganham novos contornos. Uma primeira: também para os moços de 1922, a demarcação da brasilidade deu-se sobre os contados lusitanos. Trabalharam, nesse sentido, menos em ruptura e mais em continuidade dos anseios demarcatórios dezenovistas. O ideal de refundar a Nação está evidente na escolha do ano de 1922 para a realização da Semana de Arte Moderna: comemora-se o centenário da Independência Nacional realizando, conforme o espírito e o intuito esta geração, a Independência Cultural do Brasil. Novamente volta-se à referencialidade lusitana. Vejamos alguns exemplos.

No *Manifesto Antropófago*, de 1928, Oswald de Andrade afirma que nossa “independência ainda não foi proclamada. Frase típica de D. João VI: - Meu filho, põe essa coroa na tua cabeça, antes que algum aventureiro o faça! Expulsamos a dinastia. É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte”(TELES, 1999:359). Lido de acordo com as preocupações desta pesquisa – isto é, em função da referencialidade e da dialogia estética luso-brasileira –, o modernismo de Oswald, Mário, Ronald de Carvalho, Menotti del Picchia, Graça Aranha, entre outros, será o responsável não pela ruptura com a lusitanidade – tarefa da geração de 1870. Sua função será outra: ritualizar este afastamento. Carnavalizá-lo. Afinal, como expresso no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, lançado por

Oswald em 1924, o carnaval é “o acontecimento religioso da raça” (TELES, 1999: 326). A morte referencial do português na *fundação* da identidade nacional será transformada em *fundamento* da assunção estética de uma brasilidade autônoma, independente e vigorosa.

O que estamos dizendo, do ponto de vista teórico, pode ser percebido na confluência entre o que Reinhardt Koselleck (1990) chama de “campo de experiência” e “horizonte de expectativa” e o que Fernando Gil (1998) considera existir (na produção da “crença”) entre os processos de “fundação” e “fundamentação” do conhecimento. Segundo o filósofo português, os conceitos de *fundação* e *fundamento* pertencem ao registro das evidências durante o processo de produção do conhecimento, “mas o fundamento é o lugar do excesso enquanto que a fundação, ou as *actividades fundadoras* do espírito, [...], se acham associadas à procura dessa inteligibilidade primordial que nos aparece como uma exigência indeclinável” (GIL, 1998:401). Explica-se. A *fundação* de uma cultura nacional (operada pela Geração de 1870) recorre a diferentes critérios de mobilização da historicidade no sentido de operar sua *fundamentação* (alucinação de sentido realizada pelos modernistas), demarcando (com Romero, por exemplo), um “campo de experiência” – a mestiçagem como originalidade nacional – sob o qual se projetam “horizontes de expectativa”, depois ritualizados pelos manifestos modernistas (em especial o *Antropófago*). Trata-se, ao contrário do que se pode pensar, de um mesmo desenvolvimento cultural, portanto, de um trabalho em linha de continuidade, ou dito nas palavras do Oswald do *Manifesto Antropófago*, de um fenômeno de “transformação permanente do Tabu em Totem” (TELES, 1999: 326).

Vale ainda chamar a atenção para o fato de que esta ritualização modernista do afastamento estético e social da cultura brasileira não se dá sem uma adequada mobilização da história, como se viu atrás, na menção feita à figura de D.João VI e D.Pedro I, bem como às Ordenações, e, claro, ao evento simbólico da deglutição do Bispo Sardinha, celebrado no calendário modernista do *Manifesto Antropófago*. Estas referências históricas, contudo, não são exclusividade do Oswald. Outro líder modernista, Mário de Andrade, no ensaio intitulado “O Aleijadinho”, de 1928, o autor de *Macunaíma* – aliás, também do mesmo ano – refere-se a diversos fatos da história nacional, lembrando-os no sentido de justificar uma determinada visão acerca da identidade nacional (ANDRADE, 1975: 15):

A Colônia dera por dois séculos certas expressões grandiosas da sua significação história e social. A Guerra Holandesa, o Bandeirismo, Gregório de Matos, a igreja e convento de S. Francisco, na Bahia. Todos estes fenômenos, porém, são esporádicos, seccionados geográfica, cronológica e socialmente. Embora expressões muito específicas de colonialismo, são frutos das condições de determinadas capitânias, não são frutos da Colônia. Não resultam da coletividade

colonial. Expressões desta principiam aparecendo com frequência só mesma da segunda metade do século dezoito em diante, com a posição burocrática e centralizadora da cidade do Rio de Janeiro, com a expansividade antimarítima da Minas Gerais, com a influência do homem colonial sobre a Metrópole, com a normalização do mestiço.

Pelo exposto acima, não parece haver dúvidas de que o recorte da brasilidade feita Mário de Andrade flerta seriamente com os propósitos abertos pela perspectiva de Sílvio Romero (AVANCINI, 1998:26). A interpretação de Mário de Andrade concede à figura do Aleijadinho – que foi “mais um mulato” – um papel profético do que se tornaria a futura arte brasileira: “é o mestiço e é logicamente a independência”, escrevia o crítico. Para ele, a obra de Antônio Francisco Lisboa foi “abrasileira a coisa lusa, lhe dando graça, delicadeza e dengue na arquitetura”. Sua métrica histórica entoava o ritmo de um passado lido pelo seu futuro concretizado, de maneira retrospectivamente previsível (CATROGA, 1998:28). Para Mário, a figura histórica do Aleijadinho é importante por que “ele profetizava americanamente o Brasil” (ANDRADE, 1975:46). Como se vê, estamos uma vez mais num processo de demarcação operado pela leitura da história. Mas estamos também defronte uma outra constatação: a preocupação dos modernistas com o período colonial brasileiro, como na geração de 1870, dá-se naquilo em que a História podia justificar, isto é, certo “retrato do Brasil” distanciado de Portugal. A diferença entre as referidas gerações está na amplitude de ação dos movimentos, pois, como se sabe, foram os moços de 1922 que conseguiram transformar suas leituras sobre a identidade em patrimônio histórico (GUEDES: 2000:27). Em nosso entendimento, trata-se de momentos intelectuais que, embora distintos, trabalharam em continuidade no sentido da “alucinação” do nosso afastamento simbólico de Portugal. Seu fio-condutor passa por semelhante mobilização da história e concede à tradição da cultura popular especial importância. Dito de outro modo: o Aleijadinho, o Barroco Mineiro, Macunaíma e a Antropofagia Cultural fazem parte do momento de ritualização e celebração da mestiçagem brasileira. A mesma originalidade fundada no século dezenove tornar-se-á o fundamento do Patrimônio Histórico Nacional anos depois.

Bibliografia

- ANDRADE, Mário. *Aspectos das Artes Plásticas no Brasil*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.
- ANDRADE, Oswald de. *Manifesto Antropófago*. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ANDRADE, Oswald de. *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1999.

AVANCINI, José Augusto Costa. *Expressão plástica e consciência nacional na crítica de Mário de Andrade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

BELO, José Maria. *História da República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CATROGA, Fernando. “Cientismo e Historicismo”. In: FITAS, Augusto J., CATROGA, Fernando e outros. *Seminário sobre o Positivismo*. Évora: Centro de Investigação da U. E. (Série: Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, n.º3), 1998.

GIL, Fernando. *Modos de evidência*. Lisboa: INCM, 1998.

GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho. Movimento modernista e o patrimônio cultural no Brasil: o serviço de patrimônio histórico e artístico nacional (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Nação e civilização nos trópicos”, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Le Futur Passé. Contribution à la sémantique des temps historique*. Paris : Éditions de EHESS, 1990.

MENEZES, Djacir (org.). *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Introdução, organização e notas de Djacir Menezes. Rio de Janeiro: INEP, 1957.

PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: Demarcações da História e Estéticas Identitárias (1870-1910)*. Coimbra: Faculdade de Letras, Tese de Doutorado em História, 2007.

RICOEUR, Paul. “Entre mémoire et histoire”. *Projet*, n.º248, 1997.

ROMERO, Sílvio. “A Literatura Brasileira; suas relações com a portuguesa; o Realismo”. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro J. D. de Oliveira, Ano I, Tomo II, outubro de 1879, pp.273-292.

ROMERO, Sílvio. *A Literatura Brasileira e a crítica moderna: ensaio de generalização*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1880.